



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Comissão de Pregão – CPP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

Processo TC nº 4182/2020

Número do certame no Licitações-e: 851073

Objeto: Contratação de licenças, direito de uso, suporte técnico e direito de atualização de softwares Microsoft.

Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL

Modo de disputa: ABERTO E FECHADO

Sistema de Registro de Preços: Sim Não

Licitação exclusiva para ME/EPP: Sim Não

Amostra/Demonstração? Sim Não

Prazo para envio da proposta e documentos de habilitação: 13h do dia 01/02/2021

Abertura das Propostas: 13h do dia 01/02/2021

Sessão Pública de Disputa: 14h do dia 01/02/2021

Valor estimado da contratação: R\$ 4.501.535,30

OBSERVAÇÕES:

Este edital foi elaborado conforme as previsões do **Decreto Federal nº 10.024/2019**.

Todos os documentos de habilitação e o modelo de proposta comercial (anexo 8) devem ser inseridos no sistema antes da sessão pública de disputa. A não inclusão destes documentos no sistema ensejará desclassificação do licitante.

O edital e outros anexos estão disponíveis para download nos endereços abaixo:

<https://www.tcees.tc.br/portal-da-transparencia/licitacoes-e-contratacoes/licitacoes/pregao-eletronico/>

<https://www.licitacoes-e.com.br/>



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

PREÂMBULO

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES, localizado na Rua José Alexandre Buaziz, nº 157, Enseada do Suá, Vitória/ES, torna público que realizará procedimento de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, por meio do critério de julgamento menor preço global, com amparo na Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Estadual nº 618/2012 e Decreto Federal nº 10.024/2019, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993, por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria Normativa nº 54, de 8 de abril de 2020 e Portaria Normativa nº 97, de 9 de setembro de 2020.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1 - Processo TC nº 4182/2020

2 - Modalidade: Pregão Eletrônico

3 - Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL

4 - Modo de disputa: ABERTO E FECHADO

5 - Número do certame no Licitações-e: 851073

6 - Objeto: Contratação de licenças, direito de uso, suporte técnico e direito de atualização de softwares Microsoft.

OBSERVAÇÃO: Em caso de eventual diferença entre a(s) especificação(ões) do objeto descritas no “Licitações-e” e as especificações constantes neste edital de pregão eletrônico, prevalecerão as últimas especificações.

7 - Valor estimado da contratação: R\$ 4.501.535,30.

8 - Dotação Orçamentária: Os recursos destinados à execução deste objeto correrão à conta da atividade específica do orçamento do TCEES para o exercício de 2021, Ação 2.018 - Elementos de Despesa 3.3.90.40 e 4.4.90.40.





II - SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 - O procedimento do Pregão Eletrônico será realizado por meio de sessão pública no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

2 - INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **8h do dia 25/01/2021.**

3 - LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO: **13h do dia 01/02/2021.**

4 - DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: **13h do dia 01/02/2021.**

5 - DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **14h do dia 01/02/2021.**

6 - REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA.

7 - Todos os documentos de habilitação e o MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (ANEXO 8) devem ser inseridos no sistema antes da sessão pública de disputa.

7.1 - A não inclusão destes documentos no sistema ensejará desclassificação do licitante.

8 - O Pregão Eletrônico será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- 8.1 - Conduzir a sessão pública do Pregão Eletrônico;
- 8.2 - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela instrução desses documentos;
- 8.3 - Verificar a conformidade da(s) proposta(s) em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- 8.4 - Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- 8.5 - Verificar e julgar as condições de habilitação;
- 8.6 - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- 8.7 - Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- 8.8 - Indicar o vencedor do certame;
- 8.9 - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- 8.10 - Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;





8.11 - Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

9 - O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da Consultoria Jurídica ou de outros setores do TCEES, a fim de subsidiar sua decisão.

10 - Caberá à equipe de apoio auxiliar o Pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

III - DIVULGAÇÃO, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

1 - As empresas interessadas em participar do certame deverão retirar o edital nos sites <https://www.tcees.tc.br/portal-da-transparencia/licitacoes-e-contratacoes/licitacoes/pregao-eletronico> ou <https://www.licitacoes-e.com.br>, ficando obrigadas a acompanhar as publicações referentes à licitação nestes endereços eletrônicos, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, como também no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, tendo em vista a possibilidade de alterações, disponibilização de informações e avisos sobre o procedimento do pregão eletrônico.

2 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o procedimento de licitação devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico pregao@tcees.tc.br.

2.1 - O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela instrução do edital e dos anexos.

3 - Qualquer pessoa poderá impugnar de forma motivada os termos do edital do pregão eletrônico, encaminhando exclusivamente a impugnação para o endereço eletrônico pregao@tcees.tc.br até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

4 - A impugnação do edital deverá ser dirigida ao Pregoeiro, indicando os números do Pregão e do Processo Administrativo, assim como a formulação do pedido, com exposição dos fatos e seus fundamentos.





5 - A impugnação do edital deverá conter a indicação do interessado ou quem o represente, endereço completo, telefone e e-mail.

6 - A impugnação do edital deverá conter data e assinatura do interessado ou seu representante, assim como o documento que comprove a aptidão do signatário para a representação do licitante.

7 - A impugnação do edital não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela instrução do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

8 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação do edital é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

9 - No caso de acolhimento da impugnação, o edital será alterado e será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas pelos licitantes, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

10 - Os esclarecimentos prestados aos licitantes e as respostas às impugnações serão encaminhadas por e-mail e disponibilizadas nos sites <https://www.licitacoes-e.com.br> e <https://www.tcees.tc.br/portal-da-transparencia/licitacoes-e-contratacoes/licitacoes/pregao-eletronico>.

IV - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1 - Poderão participar deste pregão eletrônico somente os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos.

2 - É vedada a participação de empresário ou de sociedade empresária:

2.1 - Proibido(a) de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.2 - Que não atendam às condições deste edital e seus anexos;

2.3 - Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;





2.4 - Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 3º, § 4º da Lei Complementar nº 123/2006;

2.5 - Que estejam sob falência;

2.6 - Que esteja constituída sob a forma de consórcio, no caso de sociedade empresária;

2.7 - Que atue na forma de cooperativa.

3 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, fica sujeito às penalidades cabíveis.

4 - A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar a contratação nos termos propostos.

5 - Todos os avisos relativos aos atos praticados durante o procedimento licitatório serão efetuados pelo Pregoeiro aos licitantes por meio do campo de mensagens do sistema eletrônico “Licitações-e”, ficando sob inteira responsabilidade do licitante acompanhar o trâmite do certame.

V - DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES E REQUISITOS DE CREDENCIAMENTO

1 - Compete ao licitante interessado em participar do pregão eletrônico:

1.1 - Credenciar-se, previamente, junto ao provedor do sistema eletrônico <https://www.licitacoes-e.com.br> (Banco do Brasil S/A) para obtenção da chave de identificação (login) e de senha;

1.2 - Informar-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema eletrônico <https://www.licitacoes-e.com.br>, como também receber instruções detalhadas para sua correta utilização;

1.3 - Remeter, no prazo estabelecido por este edital, exclusivamente via sistema, a proposta e os documentos de habilitação e, quando necessário, os documentos complementares;

1.4 - Responsabilizar-se formalmente pelas negociações efetuadas em seu nome, assumindo suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do TCEES por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;





- 1.5 - Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 1.6 - Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da chave de identificação/senha, para imediato bloqueio de acesso;
- 1.7 - Utilizar-se da chave de identificação (login) e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
- 1.8 - Solicitar o cancelamento da chave de identificação (login) ou da senha de acesso por interesse próprio;
- 1.9 - Manter o endereço atualizado de correio eletrônico, bem como submeter-se às exigências da legislação pertinente, em especial da Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes neste instrumento convocatório.

VI - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, **proposta conforme o MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL - ANEXO 8**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

1.1 - A proposta comercial deverá:

1.1.1 - Descrever o(s) objeto(s) da contratação, contendo valor unitário do item, valor total do item e valor total da proposta;

1.1.1 - Será desclassificada a proposta comercial/proposta atualizada cujos valores unitários sejam superiores aos previstos no ANEXO 9 - MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS.

1.1.2 - Conter todos os valores propostos expressos, com duas casas decimais, obrigatoriamente em real, incluindo data, a identificação e a assinatura do representante legal da empresa, assim como rubricas em todas as folhas;

1.1.3 - Ser redigida em língua portuguesa, digitada, preferencialmente em papel timbrado do licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que venham a ensejar dúvidas;

1.1.4 - Conter a razão social, número do CNPJ, endereço completo, telefone(s) e e-mail;





1.1.5 - Conter declaração de que aceita de forma plena as previsões do edital e da execução da contratação;

1.1.6 - Conter declaração de que estão inclusos na proposta todos os custos diretos e indiretos, tais como impostos, taxas, obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeita a empresa;

1.1.7 - Informar a validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de realização da sessão pública do Pregão;

1.1.8 - Atender a todas as especificações constantes do ANEXO I deste edital.

1.2 - Juntamente com a proposta de preços, o licitante deverá encaminhar comprovação, por meio de declaração emitida pela Microsoft ou de informação disponível no site do fabricante, informando a URL, que é uma revenda autorizada Microsoft e possui as seguintes competências:

1.2.1 - LSP (*Licensing Solution Partner*) para operacionalizar contratos *Enterprise Agreement* (EA);

1.2.2 - *Government Partner* para fornecer licenças de volume para instituições governamentais.

1.3 - Caso a proposta comercial não seja assinada pelo administrador da empresa, deverá ser enviada comprovação de aptidão do signatário para a prática de todos os atos inerentes ao procedimento de licitação em nome da empresa licitante;

1.4 - Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos;

1.5 - A proposta do licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato;

1.6 - Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

1.7 - Todos os documentos a serem inseridos no sistema “Licitações-e” deverão observar as configurações técnicas de arquivo fixadas pelo sistema mencionado.

2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

2.1 - O Pregoeiro poderá, se entender necessário, solicitar a apresentação da proposta comercial ou de documento de habilitação na forma original ou por cópia, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil posterior à convocação feita no sistema eletrônico;

2.2 - Quando enviados por correspondência, deverá ser esta com REGISTRO, devendo o licitante fornecer o código para rastreamento, sendo que exclusivamente se atendidas





estas condições o prazo de entrega será considerado atendido na data de postagem dos documentos.

3 - Para participação no pregão eletrônico, o licitante declarará, em campo próprio do sistema eletrônico, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

4 - A falsidade da declaração de que trata o subitem anterior sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação de regência, sem prejuízos da sanção criminal cabível.

5 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a hora estabelecida para o limite de acolhimento das propostas.

6 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7 - Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances e solicitação do Pregoeiro por meio do sistema, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.1 - O prazo estabelecido no item 7 poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo mesmo.

8 - Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9 - A condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será devidamente verificada na etapa de habilitação, conforme o estabelecido neste edital.

10 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação ou ao enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte que faz jus ao tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006, ou à elaboração independente de proposta, sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.





VII - DA SESSÃO PÚBLICA, DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

1 - A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas na Cláusula II deste edital.

1.1 - O critério de julgamento deste pregão eletrônico será o MENOR PREÇO GLOBAL, por meio do modo de disputa ABERTO E FECHADO.

2 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

2.1 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

2.2 - A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

2.3 - A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

3 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

4 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de envio de lances.

5 - Classificadas as propostas, considerando-se o critério de MENOR PREÇO GLOBAL, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6 - O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

7 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste edital.

8 - Na fase competitiva do pregão, o intervalo entre os lances enviados obedecerá às seguintes regras:

8.1 - O licitante somente poderá oferecer menor preço em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema;





8.2 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;

8.3 - O intervalo temporal entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 5 (cinco) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 5 (cinco) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances;

8.4 - Os lances enviados em desacordo com este item serão descartados automaticamente pelo sistema;

8.5 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro;

8.6 - Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, via sistema, do menor preço registrado, vedada a identificação do licitante.

10 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa ABERTO E FECHADO, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.

10.1 - A etapa inicial de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos;

10.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada;

10.3 - Encerrado o prazo de que trata o subitem anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo;

10.4 - Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo;

10.5 - Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 10.3 e 10.4, o sistema ordenará os lances em ordem de vantajosidade;

10.6 - Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 10.3 e 10.4, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5





(cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 10.5;

10.7 - Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 10.6.

11 - Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no “Licitações-e” e/ou site <https://www.tcees.tc.br/portal-da-transparencia/licitacoes-e-contratacoes/licitacoes/pregao-eletronico/>.

13 - Caso ocorra qualquer problema técnico no sistema, os licitantes serão informados no campo de mensagens pelo Pregoeiro. Desde já solicitamos que os licitantes aguardem o início ou continuidade do certame na sala de disputa.

14 - Após a etapa de envio de lances, estando configurada situação de empate ficto em relação a(s) proposta(s) formulada(s) por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou equiparada, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

15 - Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

16 - Logo após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou equiparada e houver proposta apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou equiparada igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

16.1 - O Pregoeiro declarará no sistema que ocorreu o empate descrito acima e, desde já, convocará a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparada mais bem classificada para, no prazo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de decadência de seu direito de preferência, apresentar nova proposta inferior àquela considerada originalmente vencedora do certame;





16.2 - Se, por motivo justificado, não for possível informar a ocorrência do empate logo após a fase de lances, o Pregoeiro deverá informar aos licitantes a data e a hora em que irá declarar a ocorrência do empate e convocar a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparada para exercer seu direito de preferência nos termos do subitem anterior;

16.3 - Exercido o direito de preferência por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparada convocada, será esta considerada detentora da melhor proposta no certame, devendo apresentar os documentos exigidos para habilitação, nos termos deste edital;

16.4 - O Pregoeiro deverá solicitar documentos que comprovem o enquadramento do licitante na categoria de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme regras estabelecidas neste edital;

16.5 - Não ocorrendo a contratação da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparada que apresentou a melhor proposta, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas remanescentes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), observada a ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência;

16.6 - Caso não ocorra a contratação de Microempresas, Empresa de Pequeno Porte ou equiparada nos termos dos subitens anteriores, será declarada arrematante o licitante que houver ofertado a proposta originalmente vencedora do certame.

17 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado a proposta mais vantajosa, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

17.1 - Solicitamos que o licitante arrematante responda à contraproposta formulada pelo Pregoeiro no sistema em até 3 (três) horas após sua formalização;

17.2 - No caso de desclassificação de proposta, o Pregoeiro estabelecerá prazo para o licitante subsequente avaliar contraproposta no sistema, que não será inferior a 6 (seis) horas após sua formalização.

18 - A negociação será realizada por meio do sistema e será acompanhada pelos licitantes.

19 - O licitante melhor classificado deverá encaminhar a proposta adequada ao último lance ofertado até às 12 (doze) horas do dia útil seguinte à realização da Sessão Pública, e, se necessário, outros documentos complementares, adequados ao último lance ofertado após a disputa de lances e negociação.





19.1 - O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

19.2 - O Pregoeiro poderá fixar outro prazo para o reenvio da proposta comercial quando o menor preço ofertado for aceitável e necessitar de ajustes ao valor estimado pelo TCEES;

19.3 - No caso de desclassificação de proposta, o licitante subsequente deverá encaminhar a proposta ajustada ao valor final até às 12 (doze) horas do dia útil seguinte ao da formalização da contraproposta no sistema pelo Pregoeiro.

20 - Encerrada a etapa de negociação da proposta, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade da proposta de preço em relação ao estimado, a sua exequibilidade e adequação do objeto e verificará, em seguida, a habilitação do licitante conforme disposições deste edital.

20.1 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, seguindo a ordem de classificação.

21 - Será desclassificado do certame o licitante que:

21.1 - Não incluir no sistema o documento relativo à proposta comercial;

21.2 - Não incluir no sistema o documento que ateste a condição do licitante como revenda autorizada Microsoft LSP - *Licensing Solution Partner*, para operacionalizar contratos *Enterprise Agreement (EA)* e *Government Partner* para fornecer licenças de volume para instituições governamentais;

21.3 - Não incluir no sistema os documentos de habilitação;

21.4 - Não reduzir sua proposta em relação aos valores unitários previstos no ANEXO 9 - MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS.

VIII - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 - Os documentos de habilitação elencados abaixo deverão ser remetidos via sistema antes da sessão de disputa.

1.1 - O Pregoeiro poderá solicitar a qualquer momento, em caráter de diligência, que os documentos de habilitação remetidos sejam apresentados em original ou por cópia autenticada. Para tanto, os documentos deverão ser encaminhados ao setor Pregão do





Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, situado na Rua José Alexandre Buaiz, nº 157, Enseada do Suá, CEP: 29.050-913, Vitória/ES, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro.

2 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas na Cláusula IV - item 3 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação:

2.1 - Na avaliação descrita acima serão consultados os seguintes cadastros:

2.1.1 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

2.1.2 - Cadastro de Fornecedores Sancionados do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA-ES) no endereço:

<https://www.siga.es.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/tabbasicas/FornecedoresSancionadosPageList.jsp>;

2.1.3 - Lista de empresas inidôneas e proibidas de contratar do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, nos endereços:

2.1.3.1 - <https://www.tce.es.gov.br/portal-da-transparencia/consultas/lista-de-responsaveis/empresas-inidoneas/>;

2.1.3.2 - <https://www.tcees.tc.br/portal-da-transparencia/consultas/lista-de-responsaveis/proibidos-de-contratar/>.

2.2 - Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

2.3 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação serão apreciados nos termos do presente edital e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

2.3.1 - A verificação pelo TCEES nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;

2.3.2 - Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade;

2.3.3 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

2.4 - Na hipótese da proposta arrematante não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias ou se recusar a assinar o contrato, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital.





3 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 3.1 - registro comercial, no caso de empresa individual;
- 3.2 - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e suas alterações (ou última alteração consolidada), em se tratando de sociedade comercial;
- 3.3 - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

4 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 4.1.1 - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
 - 4.1.2 - prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União - Certidão Conjunta PGFN e RFB;
 - 4.1.3 - prova de regularidade com a Fazenda Pública do Estado do domicílio ou sede do licitante;
 - 4.1.4 - prova de regularidade com a Fazenda Pública do Município do domicílio ou sede do licitante;
 - 4.1.5 - prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
 - 4.1.6 - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.
- 4.2 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para fins de habilitação deverão conter o nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:
- 4.2.1 - se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
 - 4.2.2 - se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
 - 4.2.3 - se o licitante for matriz e a responsável pela execução da contratação for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
 - 4.2.4 - serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
 - 4.2.5 - Figuram como exceções as certidões cuja abrangência atinge tanto a empresa matriz quanto as filiais (INSS e PGFN/RFB).
- 4.3 - O Pregoeiro e a equipe de apoio durante a análise dos documentos de habilitação procederão à validação das certidões negativas/positivas apresentadas nos sites dos órgãos oficiais (RECEITA FEDERAL, PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL,





CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PREVIDÊNCIA SOCIAL, SECRETARIAS DA FAZENDA E TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO).

4.4 - Os documentos que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.

5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 - Para fins de qualificação técnica, deverá ser apresentado no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica comprovando que o licitante é uma revenda autorizada Microsoft e possui as competências de LSP (*Licensing Solution Partner*) para operacionalizar contratos *Enterprise Agreement (EA)* e *Government Partner* para fornecer licenças de volume para instituições governamentais.

5.2 - O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s), preferencialmente, em papel timbrado da empresa/instituição contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação, cargo e número de telefone institucional para contato do emitente.

5.3 - O Pregoeiro poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 8.666/1993.

6 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, na forma da Lei, já exigíveis, certificado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade competente, contendo termo de abertura, encerramento e registro no órgão competente, extraídos do livro diário, comprovando a boa situação financeira do licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados há mais de 03 (três) meses da data de sua apresentação, vedada a substituição por Balancetes e Balanços provisórios.

6.1.1 - Somente será habilitado o licitante que apresentar no Balanço Patrimonial, os seguintes índices: Índice de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1,00 (um);

6.1.1.1 - As fórmulas para o cálculo dos índices referidos acima são os seguintes (ANEXO 6):

6.1.1.1.1 - ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\dots}$$





Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

6.1.1.1.2 - ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

6.1.1.1.3 - ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL:

$$ISG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

6.1.2 - Os licitantes que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um), em qualquer dos índices referidos acima, quando de suas habilitações, deverão comprovar patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei nº 8.666/1993;

6.1.2.1 - A comprovação de patrimônio líquido será equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação, considerado o valor estimado para o período de 12 (doze) meses, conforme determina a Lei nº 8.666/1993, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta, por meio de índices oficiais;

6.1.2.2 - A comprovação dos índices referidos no item 6.1.1, bem como do patrimônio líquido aludido no item 6.1.2, deverão se basear nas informações constantes nos documentos listados no item 6.1., constituindo obrigação exclusiva do licitante a apresentação dos cálculos de forma objetiva, sob pena de inabilitação.

6.1.3 - Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial do licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

6.1.4 - As exigências contidas neste item podem ser comprovadas por meio de registro na junta comercial respectiva ou por intermédio do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, na forma da legislação que regula a matéria.

6.1.5 - No caso de empresa recém-constituída que ainda não tenha encerrado seu primeiro exercício social, o que deverá ser devidamente comprovado, será apresentado, excepcionalmente, em substituição ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis, o Balanço e o Demonstrativo de Resultado Parcial referente ao período compreendido entre o início de suas atividades e o mês





anterior à data de apresentação dos documentos de qualificação econômico-financeira para fins de habilitação no certame.

6.2 - Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.

6.2.1 - No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

7 - REGULARIDADE SOCIAL

7.1 - O licitante deverá apresentar a DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - ANEXO 4 (MODELO), atestando que não possui em seu quadro de empregado(s), menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

8 - REGULARIDADE FISCAL DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

8.1 - O licitante deverá apresentar na etapa de habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;

8.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

8.3 - O prazo acima poderá, a critério do TCEES, ser prorrogado por igual período;

8.4 - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado ao TCEES convocar os licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9 - COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

9.1 - O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que desejar obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá





apresentar a DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ANEXO 2 (MODELO) e a CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, seguindo a previsão da Instrução Normativa DREI nº 10/2013.

9.2 - Caso o licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>).

9.3 - O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.

IX - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

1 - O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta atualizada ao último lance ofertado/proposta negociada até às **14 (quatorze) horas do dia útil seguinte** à realização da Sessão Pública, por meio do sistema “Licitações-e”, sob pena de desclassificação.

1.1 - A proposta atualizada deverá ser elaborada com os requisitos estabelecidos na Cláusula VI - 1.1 do edital, contendo de maneira complementar:

1.1.1 - As informações relacionadas ao banco, número do banco, da agência e da conta corrente do licitante;

1.1.2 - Os dados e documentos referentes ao responsável pela assinatura do contrato administrativo.

1.2 - Quando por impossibilidade de carregamento do arquivo da proposta atualizada no sistema “Licitações-e”, será admitido o envio para o e-mail pregao@tcees.tc.br;

1.2.1 - No caso de envio por e-mail, será considerada a data e hora de efetivo recebimento na caixa postal da equipe de prego.

1.3 - Quando por impossibilidade de envio do arquivo da proposta atualizada por e-mail, de forma alternativa, será admitido o encaminhamento ao setor de protocolo do TCEES.

2 - Todos os documentos inseridos no sistema “Licitações-e” devem seguir as condições abaixo:

2.1 - a extensão do arquivo deverá ser nos seguintes formatos: Rich Text (.rtf), Portable Document (.pdf) ou Zipfile (.zip);





2.2 - o nome do arquivo não poderá conter acentuação, espaços em branco ou caracteres especiais;

2.3 - o tamanho máximo dos arquivos está limitado em 1 MB (Megabytes) ou 1024 KB (Kilobytes).

3 - O Pregoeiro examinará a proposta melhor classificada quanto a compatibilidade do(s) preço(s) ofertado(s) em relação ao(s) preço(s) estimado(s) na pesquisa de mercado, podendo solicitar manifestação do setor demandante acerca de sua compatibilidade técnica com as especificações contidas no Termo de Referência.

4 - O Pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de servidores do TCEES para orientar sua decisão.

5 - Não será admitida proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou incompatíveis com os praticados no mercado, exceto quando se referirem a recursos materiais ou técnicos do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

6 - Quando necessário, o Pregoeiro poderá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade da sua proposta, por meio de documentos.

7 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta detalhada quando o preço ofertado for aceitável e houver necessidade de ajustes para adequar a propostas aos requisitos exigidos neste edital e seus anexos.

8 - Em caráter de diligência, os arquivos remetidos poderão ser solicitados a qualquer momento em original ou por cópia autenticada. Para tanto, os documentos deverão ser encaminhados ao setor de Pregão do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, situado na Rua José Alexandre Buaiz, nº 157, Enseada do Suá, CEP.: 29.050-913, Vitória/ES, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro.

9 - Será desclassificado o licitante que abandonar o certame deixando de enviar a documentação acima indicada, o que pode ensejar a instrução de processo para aplicação de sanções previstas neste edital.

10 - Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na





ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

11 - Nas hipóteses previstas no item anterior, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

X - DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 - O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

1.1 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

2 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 1, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

3 - Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

3.1 - O prazo estabelecido no subitem 3 poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

XI - DECLARAÇÃO DO VENCEDOR E REGRAS PARA RECURSOS

1 - No mínimo, com 12 (doze) horas de antecedência, o Pregoeiro deverá comunicar aos licitantes, por meio do sistema, a data e a hora em que declarará o vencedor do certame.





1.1 - Quando a licitação restar fracassada, o Pregoeiro comunicará aos licitantes, no mínimo, com 12 (doze) horas de antecedência, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada, a data e a hora em que declarará o fracasso do certame, seguindo, no que couber, as disposições referentes ao recurso admissível face à declaração de vencedor.

2 - Declarado o vencedor e decorrida, se for o caso, a fase de regularização fiscal e trabalhista do licitante qualificado como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparada, qualquer licitante poderá, no prazo de 30 (trinta) minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

2.1 - A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos dispostos no subitem anterior, importará na decadência desse direito e o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

2.2 - Para efeito do disposto acima, manifestação motivada é a descrição sucinta e clara do(s) fato(s) que motivou(aram) o licitante a recorrer, evidenciando, em campo próprio do sistema, contra qual(ais) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(ais) motivo(s);

2.3 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro realizar juízo de admissibilidade do recurso, sem adentrar no mérito recursal e verificando, em especial, a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso;

2.4 - Uma vez admitido o recurso, começará a correr o prazo de 03 (três) dias úteis para que o recorrente apresente as razões do recurso.

3 - Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

4 - Os recursos e as contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, exclusivamente via e-mail pregao@tcees.tc.br.

4.2 - Somente serão aceitas razões e contrarrazões assinadas pelo representante legal da empresa.

5 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

6 - Se as razões de recurso forem consideradas protelatórias, o Pregoeiro não conhecerá do recurso e o licitante ficará sujeito às penalidades previstas em lei.





7 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

8 - Os recursos serão decididos pela autoridade superior do TCEES.

XII - DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR O CONTRATO

1 - Na ausência de recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

2 - Em havendo recurso(s), decidido ele(s) e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

2.1 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

3 - A proposta vencedora estará disponível no portal de transparência do TCEES após a homologação do pregão eletrônico.

4 - Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos.

4.1 - A convocação será promovida por e-mail, contendo o arquivo do contrato, que deverá ser devolvido, assinado, em no máximo 48 (quarenta e oito) horas contadas do envio pelo TCEES.

4.1.1 - Para fins de controle, será considerada a data e hora de efetivo envio e recebimento na caixa postal da equipe do Núcleo de Contratações.

4.2 - O descumprimento do prazo acima será considerado desistência da contratação, salvo situações comprovadas de caso fortuito e de força maior, acarretando à empresa as consequências previstas na legislação e neste edital.

5 - O TCEES poderá prorrogar o prazo fixado no subitem anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

6 - Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do instrumento da contratação.





7 - Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a avaliação de todo o trâmite de avaliação de proposta e requisitos para habilitação previstos neste edital, assinar o contrato.

XIII - ORIENTAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1 - Todos os procedimentos e orientações sobre a execução da contratação constam no Termo de Referência – ANEXO 1 e Minuta do Contrato – ANEXO 7.

XIV - DO PAGAMENTO

1 - As orientações sobre o pagamento constam no Termo de Referência – ANEXO 1 e Minuta do Contrato – ANEXO 7.

XV - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1 - Ficar impedido de licitar e de contratar com o TCEES pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que:

- 1.1 - Não assinar a ata de registro de preços ou contrato, no prazo previsto neste edital e dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 1.2 - Não entregar a documentação exigida no edital;
- 1.3 - Apresentar documentação falsa;
- 1.4 - Causar o atraso na execução do objeto;
- 1.5 - Não manter a proposta;
- 1.6 - Falhar na execução do contrato;
- 1.7 - Fraudar a execução do contrato;
- 1.8 - Comportar-se de modo inidôneo;





1.9 - Declarar informações falsas; e

1.10 - Cometer fraude fiscal.

2 - As sanções relativas à execução do contrato constam no Termo de Referência – ANEXO 1.

XVI - DO CONTRATO

1 - O Contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses.

2 - As previsões quanto assinatura do contrato constam na Cláusula XII - item 4 deste edital.

XVII - DA ATA DA LICITAÇÃO

1 - Os atos praticados durante a sessão pública deverão ser registrados em ata, em especial: os licitantes participantes; as propostas apresentadas; os avisos, os esclarecimentos e as impugnações; os lances ofertados, na ordem de classificação; a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso; a aceitabilidade da proposta; a habilitação; a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação; os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; o resultado da licitação.

2 - A ata da sessão pública será disponibilizada no portal de transparência do TCEES e no <https://www.licitacoes-e.com.br/>, imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

XVIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, efetuar diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada aos licitantes a juntada posterior de informações ou documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de análise da proposta de preço e habilitação.

2 - É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, solicitar informações complementares aos licitantes.



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Comissão de Pregão – CPP

3 - É facultado ao Pregoeiro solicitar a contribuição de servidores do TCEES para subsidiar a análise técnica de qualquer objeto licitado.

4 - Cabe ao Pregoeiro solucionar os casos omissos do edital com base no ordenamento jurídico vigente e nos princípios de Direito Público.

5 - O licitante é responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Pregão, cabendo responsabilização na esfera civil, penal e administrativa pela prática de atos fraudulentos.

6 - Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO 2 - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (MODELO)

ANEXO 3 - DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA (MODELO)

ANEXO 4 - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (MODELO)

ANEXO 5 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS (MODELO)

ANEXO 6 - APRESENTAÇÃO DE ÍNDICES CONTÁBEIS (MODELO)

ANEXO 7 - MINUTA DO CONTRATO

ANEXO 8 - PROPOSTA COMERCIAL (MODELO)

ANEXO 9 - MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

Vitória, 19 de janeiro de 2021.

GUILHERME NUNES

Pregoeiro Oficial

Assinado eletronicamente - Instrução Normativa TC nº 35/2015



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

1. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de licenças, direito de uso, suporte técnico e direito de atualização de softwares Microsoft.

2. DO OBJETIVO

2.1. Manter o licenciamento da plataforma Microsoft, predominante nos servidores de rede e nas estações de trabalho. Nos servidores de rede será mantido o padrão da plataforma Microsoft no sistema operacional, servidor de e-mail, banco de dados, dentre outros, essencial para continuidade dos negócios da instituição.

Além disso, melhorar a qualidade das ferramentas de colaboração, ampliar o número de licenças de salas de reunião para conferências web e a adoção de plataforma como serviço em nuvem, facilitando o acesso remoto dos usuários a estes serviços e diminuindo a carga de trabalho da SGTI.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. CONTEXTO INICIAL

Nos últimos anos o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo tem investido bastante no desenvolvimento/aquisição de diversas soluções de TI, indo ao encontro do que dispõem os objetivos previstos em seu Planejamento Estratégico 2016-2020, quais sejam, "**5 – Aprimorar e intensificar o uso da TI**" e "**9 – Melhorar a qualidade do gasto**".

A plataforma atualmente em uso nos servidores do Tribunal, no desenvolvimento e execução dos principais sistemas, como o e-TCEES e o CidadES, e nas estações de trabalho, de forma predominante é a **plataforma da Microsoft**. Dentre os softwares desta plataforma, atualmente temos implantado e em uso no Tribunal:

- Servidor de e-mail Exchange (1 licença);
- Software de gestão de projetos Project (15 licenças);
- Software de desenho de processos Visio (4 licenças);
- Atualização para o Windows Enterprise (700 licenças de computadores);
- Pacote Office Professional (700 licenças de computadores);
- Software de gestão de configuração System Center Configuration Manager (licenciamento para todo o ambiente de estações de trabalho);





- Ferramenta de ambiente integrado de desenvolvimento Visual Studio Enterprise (2 licenças mais 11 licenças não atualizadas);
- Ferramenta de ambiente integrado de desenvolvimento Visual Studio Professional (12 licenças);
- Software de servidor Windows Server (44 licenças, licenciando todo o ambiente físico de servidores).

Essas ferramentas já vêm sendo utilizadas há pelo menos 6 (seis) anos no Tribunal. Desta forma, existe uma grande base de arquivos e dados gerados por estas ferramentas, bem como uma grande base de conhecimento documentada e adquiridas pelos servidores do Tribunal.

Existe também uma grande dificuldade de encontrar ferramentas similares que atendem aos requisitos necessários e que possuem qualidade similar.

Justifica-se a presente contratação, pois visa atender as seguintes necessidades:

- Manter suporte técnico e direito de atualização de software para a plataforma Microsoft utilizada no Tribunal;
- Ampliar a oferta e a qualidade das ferramentas de colaboração, necessárias com o aumento do teletrabalho, através da implantação da suíte Office365;
- Desoneração dos servidores do Tribunal de atividades não relacionadas ao negócio através da migração de serviços para a modalidade de nuvem.

3.2. NOVAS NECESSIDADES

3.2.1. Colaboração remota

Devido à pandemia do COVID-19, o Tribunal designou o regime de teletrabalho a todos os servidores. Percebeu-se assim que o teletrabalho trouxe um ganho no desempenho das atividades de controle externo. Com isso, mesmo após a normalização da pandemia pretende-se ampliar o uso do teletrabalho dentro da instituição.

Com a expansão do teletrabalho há a necessidade de melhorar as ferramentas de colaboração remota utilizadas pelo Tribunal. Atualmente o Tribunal oferece as seguintes ferramentas de colaboração:

- Serviço de e-mail, através das soluções Exchange (on-premises) e Outlook. Fornece caixas de correio com tamanho padrão de 1,5GB.
- Serviço de mensageria instantânea (chat) para dispositivos do Tribunal, através do cliente Spark e software Openfire.
- Serviço de web conferência, através de 06 salas simultâneas da solução Skype for Business Online.





Esses serviços apresentam diversas limitações. O serviço de mensageria instantânea é configurado para autenticação Single Sign-On e, por limitação técnica, só pode ser acessado através de computadores do Tribunal ingressados no domínio de rede. Atualmente diversos usuários utilizam máquinas particulares, impedindo a utilização da ferramenta.

Os serviços de webconferência foram adquiridos apenas para atender a realização de reuniões remotas nas salas de reunião do Tribunal. No cenário atual e futuro é e será constante a necessidade de realização de audioconferências e videoconferências entre os servidores do Tribunal, necessitando assim de uma solução corporativa para estas necessidades.

Buscou-se então alternativas para a colaboração remota, visando permitir chat, audioconferência e videoconferência entre os usuários do Tribunal em dispositivos do órgão e em dispositivos particulares. A princípio foi proposta a ferramenta Discord, que vem inclusive sendo usada pela SGTI. Porém a ferramenta não foi totalmente aceita pelos usuários por não permitir a integração aos usuários de rede do Tribunal e apresentar pequenas complexidades para áudio e vídeo chamadas em grupo.

Em seguida foram testadas as ferramentas Teams, que é o sucessor do Skype for Business Online, já adquirido pelo Tribunal e o Rocket.Chat. Ambas permitem a integração com a autenticação de rede do Tribunal. Porém o Rocket.Chat também apresentou complexidades na utilização quando comparado ao Teams. A qualidade do Teams e o nível de integração com o serviço de e-mail para agendamento de reuniões mostrou que esta última é mais adequada para o Tribunal, além de possuir maiores garantias de segurança dos dados e de suporte técnico.

3.2.2. Aumento de salas de webconferência

O Tribunal possui hoje apenas 06 licenças do Skype for Business Online, que está em processo de migração para o Teams pela Microsoft. Como as sessões plenárias e de câmaras estão rodando nesta plataforma e com a expansão do teletrabalho, é necessário o aumento de licenças para abranger todos os participantes destas seções, além de licenças para reuniões gerenciais e setoriais.

A migração do Contrato para a solução Office 365 permitirá que todos os usuários de rede do Tribunal possam utilizar o Teams para agendamento e realização de webconferência, tendo assim quantitativo suficiente para todas as necessidades do Tribunal.

3.2.3. Acesso remoto aos serviços de TI (diretórios de rede compartilhados)

Os serviços de TI internos do Tribunal são disponibilizados aos usuários após configuração de conexão VPN. Este recurso visa garantir a segurança dos acessos à rede do Tribunal, fazendo o controle de acesso e a criptografia dos dados.





A VPN traz inúmeras melhorias na segurança do acesso, mas dificulta o acesso dos usuários, principalmente em computadores e dispositivos particulares.

A disponibilização de serviços em nuvem facilita o acesso dos usuários já que não se faz mais necessário a configuração da VPN. Além disso, os principais provedores de serviços em nuvem, como a Microsoft, já possuem diversas funcionalidades de segurança para garantir a criptografia e o controle de acesso, a exemplo de conexões HTTPS e o fator de autenticação múltiplo.

O serviço SharePoint Online, incluso na solução Office 365, facilitará a utilização do serviço de diretórios compartilhados de rede, além de aumentar a segurança dos dados armazenados.

3.2.4. Terceirização de infraestrutura

Conforme elencado no PDTI 2020-2022 do Tribunal, uma das ações da SGTI é a terceirização de infraestrutura de TI, permitindo a desoneração da equipe de atividades não relacionadas ao negócio do Tribunal.

A migração de licenças Office on-premises para Office 365 permitirão a desoneração do custo de gerência e manutenção de equipamentos e servidores dos seguintes serviços:

- Correio eletrônico;
- Antispam;
- Servidor de arquivos para compartilhamento de arquivos entre os usuários.

A migração destes serviços para o Office 365 também trará melhoria de qualidade. O correio eletrônico, que hoje é oferecido com caixa postal de 1,5 GB, passará a ter capacidade de 100 GB. O compartilhamento de arquivos também sofrerá das melhorias mencionadas no item 3.2.3, além de permitir uma expansão da capacidade de armazenamento de arquivos.

3.2.5. Levantamento de mercado para as novas necessidades

Todas as novas necessidades listadas no item 3.2 são atendidas pela suíte Office 365. As necessidades dos itens 3.2.1 e 3.2.2 são atendidas pela ferramenta Teams. A necessidade prevista no item 3.2.3 é atendida pela ferramenta SharePoint Online e One Drive. Por fim, a migração de serviços on-premises para nuvem reforça a diretriz da SGTI descrita no item 3.2.4.

Para empresas com mais de 500 usuários, o Office 365 é comercializado em 3 principais modalidades: E1, E3 e E5. Existem várias diferenças entre os planos, mas a principal diferença é que o E1 permite apenas a utilização da suíte Office (Word, Excel e Outlook) no navegador, enquanto os planos E3 e E5 permitem a instalação local das ferramentas. Identificou-se que a aquisição de licenças E1 e E3 serão suficientes para as demandas do Tribunal, sendo as primeiras distribuídas para usuários e terceirizados e as demais para os servidores.





3.3. JUSTIFICATIVA PARA INDICAÇÃO DE MARCA

Todos os softwares da Microsoft listados nesse estudo já vêm sendo utilizadas há pelo menos 6 (seis) anos no Tribunal. Desta forma, existe uma grande base de arquivos e dados gerados por estas ferramentas, bem como uma grande base de conhecimento documentada e adquiridas pelos servidores do Tribunal. Uma migração para outra ferramenta iria gerar um alto custo de implantação e migração das soluções, bem como tempo e esforço para criação de uma nova base de conhecimento.

E, para a grande maioria dos softwares Microsoft, existe também uma grande dificuldade de encontrar ferramentas similares que atendem aos requisitos necessários e que possuem qualidade similar.

A seguir é detalhada a justificativa para indicação de marca de cada solução listada nesse estudo.

3.3.1. Visual Studio Professional e Enterprise (VSPROSUBMSDN ALNG SA MVL e VSENTSUBMSDN ALNG SA MVL)

O Visual Studio é um ambiente de desenvolvimento de software integrado (IDE) utilizado pelas equipes de desenvolvimento para desenvolver grande parte das aplicações do Tribunal, que são desenvolvidas na plataforma .NET (C#), desenvolvida pela própria Microsoft. Dentre elas podemos citar o e-TCEES e o CidadES.

Além do direito de atualização e suporte técnico dos softwares, a assinatura SA traz outros benefícios como a possibilidade de utilização do software Team Foundation Services (TFS) ou, na modalidade mais recente em nuvem, o Azure DevOps. O TFS é utilizado no Tribunal para controle de versão de código, controle de tarefas e bugs, para integração contínua de software e para entrega contínua.

Após análise de alternativas no mercado, não foram encontradas ferramentas IDE para .NET C# que atendam a todos os requisitos necessários para as equipes de desenvolvimento.

3.3.2. Project Professional (PRJCTPRO ALNG SA MVL W1PRJCTSVRCAL)

O Project é um software para gerenciamento de projetos. O Tribunal possui 15 licenças do Project porém pretende-se renovar o SA de apenas 1 (uma) licença pois não é um software crítico para o órgão e para que seja dado o benefício do True-up durante o Contrato.

Caso necessário a substituição do Project por outro software similar, serão necessários substituir todas as 15 (quinze) licenças.

3.3.3. Visio Professional (VISIOPRO ALNG SA MVL)





O Visio é um software diagramador profissional, utilizando pelo NINFRA para elaboração de diagramas de rede, infraestrutura, fluxogramas, dentre outros. O Tribunal possui 4 licenças do Visio porém pretende-se renovar o SA de apenas 1 (uma) licença pois não é um software crítico para o órgão e para que seja dado o benefício do True-up durante o Contrato.

Caso necessário a substituição do Visio por outro software similar, serão necessários substituir todas as 4 (quatro) licenças.

3.3.4. Windows Enterprise (WINENTPERDVC)

O Windows Enterprise é uma atualização do Windows OEM, que vem incorporado nos equipamentos de fábrica. A versão Enterprise é recomendada para grandes organizações que precisam gerenciar diversos computadores, como é o caso do Tribunal.

Com o Windows Enterprise é possível utilizar a versão LTSC, com suporte maior do fabricante. Também é possível ingressar computadores em domínio e aplicar políticas globais, facilitando o gerenciamento dos equipamentos.

O Windows é o sistema operacional utilizado na grande maioria das empresas e órgãos públicos. De acordo com o site NetMarketShare, em 2019 o Windows possuía uma utilização de 86% quando comparado com os sistemas operacionais Chrome OS, Linux e MacOS. Desta forma, os principais softwares possuem suporte apenas para o Windows, dificultando a adoção de sistemas operacionais alternativos.

Para os requisitos do Tribunal, ainda não é possível a substituição do Windows por outro sistema operacional, como o Linux, devido à dificuldade de se obter um gerenciamento global dos sistemas e também devido à falta de compatibilidade com os softwares utilizados pelo Tribunal.

3.3.5. Suíte Office 365 (EXCHGONLNKSK SHRDSVR ALNG SUBSVL MVL PERUSR, O365E3FROMSA SHRDSVR ALNG SUBSVL MVL PERUSR, O365E1FROMSA SHRDSVR ALNG SUBSVL MVL PERUSR e CORECALBRIDGEO365 ALNG SUBSVL MVL PERUSR)

Buscou-se no mercado ferramentas alternativas ao Office 365 para comparação de preços e qualidade. A ferramenta que se mostrou mais próxima foi a Google G Suíte, na versão “Business”, que permite a definição de políticas de retenção de e-mails e maior capacidade dos serviços. Entretanto o Google G Suíte não permite a instalação da suíte Office nos dispositivos para uso off-line, o que é uma necessidade de grande parte dos usuários do Tribunal. Desta forma, para comparação, manteve-se o SA das licenças Office para os usuários necessários, que também foram atribuídas licenças E3.





4. DA ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

4.1. Juntamente com a proposta de preços, o licitante deverá encaminhar comprovação, por meio de declaração emitida pela Microsoft ou de informação disponível no site do fabricante, informando a URL, que é uma revenda autorizada Microsoft e possui as seguintes competências:

- LSP (Licensing Solution Partner) para operacionalizar contratos Enterprise Agreement (EA);
- Government Partner para fornecer licenças de volume para instituições governamentais.

4.2. As especificações e quantidades dos produtos constam no **ANEXO I** deste Termo de Referência:

- a) Renovação de suporte técnico e direito de atualização (Software Assurance - SA) por **36 (trinta e seis) meses** do conjunto de licenças de software Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement **(item 01)**;
- b) Aquisição de direito de uso de licenças de software Microsoft por **36 (trinta e seis) meses**, na modalidade Enterprise Agreement **(item 02)**;
- c) Aquisição, sob demanda, de licenças perpétuas adicionais, direito de atualização de software e suporte técnico (True-up), na modalidade Enterprise Agreement **(item 03)**;
- d) Aquisição sob demanda de direito de uso de licenças de software Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement **(item 04)**.
- e) Aquisição de licença perpétua e de suporte técnico e direito de atualização (Software Assurance - SA) por **36 (trinta e seis) meses** do conjunto de licenças de software Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement **(item 05)**.

4.3. Em relação ao **Item 03** deve-se observar que:

4.3.1. Em caso de aditivo de acréscimo de softwares no decorrer da vigência do Contrato, o True – up, os pedidos seguirão as regras de licenciamento da Microsoft na modalidade Enterprise Agreement, conforme descritas a seguir:

4.3.1.1. Para cada período de 12 (doze) meses contados a partir da vigência do contrato existe um valor pré-fixado do custo para acréscimo de licenças, que agrega o custo da licença e o SA até o fim do Contrato;

4.3.1.2. Caso exista a necessidade de ajuste de licenças utilizadas a mais do que o contratado, em até **60 (sessenta) dias** antes do período citado no item 4.3.1.1 a CONTRATANTE irá comunicar à CONTRATADA sobre as licenças que se deseja fazer o acréscimo e fazer o





pagamento do valor total no próximo período do Contrato, em até 10 (dez) dias após a confirmação de entrega das novas licenças.

4.4. Em relação ao **Item 04** deve-se observar que:

4.4.1. Em caso de acréscimo de direito de uso de softwares no decorrer da vigência do Contrato, os pedidos seguirão as regras de licenciamento da Microsoft na modalidade Enterprise Agreement, conforme descritas a seguir:

4.4.1.1. Caso exista a necessidade de ajuste de licenças utilizadas a mais do que o contratado, a CONTRATANTE irá solicitar o aumento das licenças através do portal VLSC ou ferramenta similar disponibilizada pela Microsoft;

4.4.1.2. No próximo período de 12(doze) meses a contar da vigência do Contrato, em até 10 (dez) dias após a confirmação de entrega das novas licenças, a CONTRATANTE irá fazer o pagamento destas licenças com valor proporcional (pro rata) referente ao período no qual a licença foi requisitada e o término de vigência das licenças do Contrato.

5. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO PRODUTO

5.1. As licenças deverão ser disponibilizadas via internet pela CONTRATADA informando todos os códigos e as senhas de ativação e/ou acesso necessários ao download e instalação das licenças;

5.2. A CONTRATADA deverá fornecer documento que comprove o direito de uso das licenças por parte do Tribunal de Contas do Espírito Santo - TCEES, de acordo com as exigências específicas do fabricante;

5.3. A CONTRATADA deverá atentar ao fiel cumprimento das especificações exigidas, sendo recusado item que estiver com alguma característica diferente das especificações contidas neste termo;

5.4. Havendo alteração na atual descrição do objeto no que tange ao número do Part Number ou nomenclatura, a CONTRATADA deverá prosseguir com a entrega do produto denominado, com as mesmas funcionalidades da descrição atual da solução sem onerar custos adicionais ao CONTRATANTE;

5.5. O serviço de atualização das licenças será prestado dentro do período de vigência do Contrato e consiste na disponibilização para o TCEES de todas as versões, features, releases, fixes e service packs, de forma a manter a solução permanentemente atualizada, bem como, no fornecimento de manuais e boletins técnicos com informações que assegurem a plena utilização dos produtos licenciados sem custo adicional para o TCEES;

5.6. A plataforma da Microsoft deve possibilitar, a qualquer momento, a migração de dados para nuvem ou de volta à infraestrutura local;





5.7. Caso as condições de licenciamento do produto sejam alteradas pelo fabricante, as funcionalidades dos softwares e os quantitativos definidos não poderão ser prejudicados;

5.8. Caso à época da contratação o fabricante tenha lançado novas versões dos produtos elencados, ou simplesmente alterado a nomenclatura dos produtos, a CONTRATADA deverá entregar a CONTRATANTE as novas versões dos softwares, compatíveis em funcionalidades e em iguais condições de contratação, sem nenhum custo adicional;

5.9. Deverá ser garantido o suporte técnico diretamente com fabricante via 0800 ou via sistema de chamados na web em português;

5.10. **A duração do Contrato será de 36 meses.**

6. DA GARANTIA

6.1. Todos os softwares deverão ser garantidos pelo **prazo da vigência de cada licença** a partir da disponibilização das licenças, incluindo o suporte e atualizações da solução;

6.2. A garantia on-line deverá ser realizada durante todo o período de garantia do produto.

7. DA AMOSTRA

7.1. Não se aplica.

8. DO PRAZO DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

8.1. A entrega dos produtos descritos no Anexo I deste Termo de Referência *deverá* ser efetuada em até **15 (quinze) dias úteis** a contar da emissão da Ordem de Serviço/Nota de Empenho, prorrogáveis por igual período à critério da Administração;

8.2. O recebimento PROVISÓRIO ocorrerá após a entrega das licenças ou documentação / certificados de aquisição na SGTI;

8.3. O recebimento provisório das licenças não implica em aceitação das mesmas;

8.4. O recebimento DEFINITIVO ocorrerá após a implementação e validação das licenças no servidor e homologação realizada pelos analistas de infraestrutura deste TCEES, no prazo **máximo de 10 (dias) dias corridos** a contar do recebimento provisório;

8.5. Havendo alguma ocorrência ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo será suspenso, até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras necessárias;

8.6. O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade do produto entregue.





8.7. A renovação e aquisição deve ser consequente à data de expiração atual das licenças, conforme Contrato 8515376 da Microsoft.

9. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

9.1. O TCEES designará, formalmente, um servidor para acompanhar a entrega do objeto, conforme este Termo de Referência, bem como para atestar o recebimento provisório e definitivo;

9.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do TCEES e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência;

9.3. O fiscal anotará todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme previsto neste Termo de Referência;

9.4. A comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial, anotações e/ou registros no Relatório de Serviços, e-mail a ser definido pela CONTRATANTE, através de um consultor através de ligação gratuita e quaisquer outros mecanismos disponibilizados pela CONTRATADA e aprovados pela CONTRATANTE;

9.5. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

10. DA RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO

10.1. A Secretaria Geral de Tecnologia da Informação - SGTI será responsável pela fiscalização da contratação, sendo responsável pela avaliação das licenças e serviços contratados, seus níveis mínimos, continuidade ininterrupta, assim como quaisquer atividades relacionadas com a operação da Solução.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Fornecer a solução nas condições e prazos propostos neste Termo de Referência;

11.2. Fornecer certificado de registro do direito de atualização das licenças no site do fabricante pelo período de **36 (trinta e seis) meses**.

11.3. Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do Contrato, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e substituto em suas ausências;

11.4. Prestar informações e esclarecimentos por ventura solicitados pela Secretaria Geral de Tecnologia da Informação - SGTI por meio do preposto designado para acompanhar a contratação, bem como responder a documentos oficiais dentro do prazo solicitado;

11.5. Obedecer rigorosamente às normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de TI e institucional do TCEES;





- 11.6. Fornecer certificado de registro e/ou licença de uso do software;
- 11.7. Reportar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possa comprometer a execução da contratação;
- 11.8. Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei nº 8.666/1993;
- 11.9. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE;
- 11.10. Encaminhar ao CONTRATANTE a nota fiscal referente ao objeto contratado;
- 11.11. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação, assim como observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outros não mencionados, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 12.1. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto deste Termo de Referência, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição;
- 12.2. Designar servidor/comissão para fiscalizar e acompanhar a entrega dos equipamentos;
- 12.3. Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nas licenças, para que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias;
- 12.4. Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas nas licenças;
- 12.5. Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação;
- 12.6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- 12.7. Poderá haver notificação por meio eletrônico (e-mail) a ser fornecido pela CONTRATADA quando da assinatura contratual, ficando a cargo desta avisar qualquer alteração deste no curso do Contrato. Considerar-se-á lido o e-mail pela CONTRATADA **48 (quarenta e oito) horas** após o seu envio;
- 12.8. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo de Referência, após o cumprimento das formalidades legais.





13. DAS PENALIDADES

13.1. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a disponibilização das licenças, sujeitando-se (nos casos de retardamento, de falha na execução do Contrato, inexecução parcial ou de inexecução total do objeto) às penalidades constantes no art. 7ª da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a saber:

a) ADVERTÊNCIA, nos casos de pequenos descumprimentos do Termo de Referência, que não gerem prejuízo para o TCEES;

b) MULTA de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, limitado a 10% (dez por cento), incidente sobre o valor global da contratação, nos casos de descumprimento do prazo estipulado para a entrega do(s) produto(s), que será calculada pela fórmula: $M = 0,0033 \times C \times D$. Tendo como correspondente: M = valor da multa, C = valor da obrigação e D = número de dias em atraso;

b.1) Após 30 (trinta) dias de atraso na entrega dos produtos, o TCEES poderá considerar inexecução total do objeto;

b.2) Em caso de inexecução total do objeto aplicar-se-á multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação;

b.3) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

b.4) Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao TCEES, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

b.5) O Contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no Contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, inciso I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93;

b.6) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nas alíneas “c”, “d” e “e” abaixo:

c) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR e impedimento de contratar com o TCEES por um período de até 2 (dois) anos, nos casos de recusa quanto a assinatura do instrumento contratual, fornecimento de produtos ou prestação dos serviços;

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa.





e) IMPEDIMENTO de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo, de acordo com o art. 7º da Lei nº 10520/2002 pelo prazo de até **05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas para a contratação, ao licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar, ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

13.2. Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/1993;

13.3. As sanções administrativas somente serão aplicadas pelo TCEES após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;

13.4. A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

13.5. O prazo para apresentação de defesa prévia será de **05 (cinco) dias úteis** a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº 8.666/1993;

13.6 A aplicação da sanção de "declaração de inidoneidade" é da competência exclusiva pelo Conselheiro Presidente do TCEES, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de **10 (dez) dias úteis** da abertura de vista ao processo, podendo a reabilitação ser requerida após **02 (dois) anos** de sua aplicação.

14. DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1.O pagamento será efetuado mediante o fornecimento ao TCEES de NOTA FISCAL ELETRÔNICA, juntamente com os documentos de regularidade fiscal exigidos pelo art. 29 da Lei nº 8.666/1993. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento.

14.2. O pagamento será efetuado em 3 (três) parcelas, conforme cronograma abaixo;

| PARCELAS | DATA DO PAGAMENTO |
|------------|---|
| 1ª Parcela | Até 10 (dez) dias úteis após a emissão do "Termo de Aceitação" das licenças e Ativação do pacote de benefícios. |
| 2ª Parcela | 12 (doze) meses após a emissão do "Termo de Aceitação" das licenças e Ativação do pacote de benefícios. |
| 3ª Parcela | 24 (vinte e quatro) meses após a emissão do "Termo de Aceitação" das licenças e Ativação do pacote de benefícios. |

14.2.1. Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:





$$VM = VF \times \frac{0,33}{100} \times ND$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira,

VF = Valor da Nota Fiscal,

ND = Número de dias em atraso;

14.3. O cronograma de pagamento evidenciado no subitem anterior caberá apenas para os itens 1, 2 e 5 do Anexo I deste Termo de Referência.

14.4. Quanto ao pagamento produto do item 03 do anexo I deste Termo de Referência deverá ser observado o subitem 4.3 deste instrumento.

14.5. Quanto ao pagamento produto do item 04 do anexo I deste Termo de Referência deverá ser observado o subitem 4.4 deste instrumento.

14.6. Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais será solicitada à CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização;

14.7. A NOTA FISCAL ELETRÔNICA/NOTA FISCAL deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados na etapa de CREDENCIAMENTO e acolhidos nos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;

14.8. Qualquer alteração feita no Contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas no certame, deverá ser comunicado ao TCEES, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente;

14.9. O TCEES poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

14.10. No texto da NOTA FISCAL ELETRÔNICA/NOTA FISCAL deverão constar, obrigatoriamente, o número do Contrato e Processo, a descrição do produto, os valores unitários e totais;

14.11. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, no Banco, Agência, Conta Corrente informados, ficando a CONTRATADA responsável por avisar qualquer alteração das informações bancárias;

14.12. Para os casos de prestação de serviços também será exigido o relatório de adimplemento de encargos, que deverá ser encaminhado com os elementos especificados no caput do art. 1º da Lei nº 5.383/1997.





14.13. Não haverá reajuste do preço contratado, pois o parcelamento do valor total do objeto ocorre devido a um benefício da modalidade Enterprise Agreement da Microsoft e os valores de True up são fixados pela Microsoft.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas inerentes a este Termo de Referência correrão à conta da Ação e Elemento de Despesa específicos do orçamento do TCEES, para o corrente exercício.

16. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

16.1. O valor aceito para contratação deverá estar compatível com o valor de mercado, estabelecido através de pesquisa de preços e expresso no mapa comparativo de preços;

16.2. Será vencedora a proposta de **MENOR VALOR GLOBAL**, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo;

16.3. Na proposta de preço devem estar incluídos todos os custos diretos e indiretos relativos ao objeto da contratação;

16.4. A proposta de preço deve informar a validade, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**.

17. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

17.1. As especificações técnicas e quantidades foram elaboradas pela Secretaria Geral de Tecnologia da Informação - SGTI, cujos esclarecimentos e informações poderão ser prestadas pelo servidor Sergio Roberto Charpinel Junior, através do e-mail ninfra.servidores@tcees.tc.br;

17.2. O Núcleo de Contratações - NCT foi responsável pela elaboração do Termo de Referência, cujos esclarecimentos e informações poderão ser prestados através do e-mail nct.servidores@tcees.tc.br.





ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Item 01: Renovação de suporte técnico e direito de atualização (Software Assurance - SA) por **36 (trinta e seis) meses** do conjunto de licenças de software Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo:

| Item | Subitem | Produto | Part-Number | Quant. |
|------|---------|---|-------------|--------|
| 1 | 1.1 | VProSubMSDN ALNG SA MVL | 77D-00111 | 12 |
| | 1.2 | VEntSubMSDN ALNG SA MVL | MX3-00117 | 2 |
| | 1.3 | PrjctPro ALNG SA MVL w1PrjctSvrCAL | H30-00238 | 1 |
| | 1.4 | VisioPro ALNG SA MVL | D87-01159 | 1 |
| | 1.5 | WINENTperDVC ALNG SA MVL Pltfrm | KV3-00353 | 500 |
| | 1.6 | WINENTperDVC Allng SoftwareAssurance MVL 1License | KV3-00368 | 200 |

Item 02: Aquisição de direito de uso de licenças de software Microsoft por **36 (trinta e seis) meses**, na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo:

| Item | Subitem | Produto | Part-Number | Quant. |
|------|---------|---|-------------|--------|
| 2 | 2.1 | ExchgOnlnKsk ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | 7TC-00001 | 30 |
| | 2.2 | O365E3FromSA ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | AAA-10758 | 500 |
| | 2.3 | O365E1FromSA ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | 7R7-00002 | 90 |
| | 2.4 | CoreCALBridgeO365FromSA ALNG SubsVL MVL Pltfrm PerUsr | AAA-12417 | 500 |
| | 2.5 | CoreCALBridgeO365FromSA ALNG SubsVL MVL PerUsr | AAA-12416 | 90 |

Item 03: Aquisição, sob demanda, de licenças perpétuas adicionais, direito de atualização de software e suporte técnico (True-up), na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo:

| Item | Subitem | Produto | Part-Number | Ano | Quant. Prevista |
|------|---------|---|-------------|-----|-----------------|
| 3 | 3.1 | VProSubMSDN ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr1 | 77D-00110 | 1 | 5 |
| | 3.2 | VProSubMSDN ALNG LicSAPk MVL- TrueUp Yr2 | 77D-00110 | 2 | 5 |
| | 3.3 | VProSubMSDN ALNG LicSAPk MVL- TrueUp Yr3 | 77D-00110 | 3 | 5 |
| | 3.4 | VEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL- TrueUp Yr1 | MX3-00115 | 1 | 1 |
| | 3.5 | VEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL- TrueUp Yr2 | MX3-00115 | 2 | 1 |





| | | | | |
|------|--|-----------|---|----|
| 3.6 | VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL- TrueUp Yr3 | MX3-00115 | 3 | 1 |
| 3.7 | PrjctPro ALNG LicSAPk MVL w1PrjctSvrCAL - TrueUp Yr1 | H30-00237 | 1 | 1 |
| 3.8 | PrjctPro ALNG LicSAPk MVL w1PrjctSvrCAL - TrueUp Yr2 | H30-00237 | 2 | 1 |
| 3.9 | PrjctPro ALNG LicSAPk MVL w1PrjctSvrCAL - TrueUp Yr3 | H30-00237 | 3 | 1 |
| 3.10 | VisioPro ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr1 | D87-01057 | 1 | 1 |
| 3.11 | VisioPro ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr2 | D87-01057 | 2 | 1 |
| 3.12 | VisioPro ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr3 | D87-01057 | 3 | 1 |
| 3.13 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL Pltfrm- TrueUp Yr1 | KV3-00356 | 1 | 20 |
| 3.14 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL Pltfrm- TrueUp Yr2 | KV3-00356 | 2 | 20 |
| 3.15 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL Pltfrm- TrueUp Yr3 | KV3-00356 | 3 | 20 |
| 3.16 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL- TrueUp Yr1 | KV3-00381 | 1 | 20 |
| 3.17 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL- TrueUp Yr2 | KV3-00381 | 2 | 20 |
| 3.18 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL- TrueUp Yr3 | KV3-00381 | 3 | 20 |

Item 04: Aquisição sob demanda de direito de uso de licenças de software Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo:

| Item | Subitem | Produto | Part-Number | Quant. Prevista |
|------|---------|---|-------------|-----------------|
| 4 | 4.1 | ExchgOnInKsk ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | 7TC-00001 | 50 |
| | 4.2 | O365E3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | AAA-10842 | 100 |
| | 4.3 | O365E1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | T6A-00024 | 100 |
| | 4.4 | CoreCALBridgeO365 ALNG SubsVL MVL PerUsr | AAA-12414 | 100 |
| | 4.5 | CoreCALBridgeO365 ALNG SubsVL MVL Pltfrm PerUsr | AAA-12415 | 100 |

ITEM 05: Aquisição de licença perpétua e de suporte técnico e direito de atualização (Software Assurance - SA) **por 36 (trinta e seis) meses** do conjunto de licenças de software Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo:

| Item | Subitem | Produto | Part-Number | Quant. |
|------|---------|------------------------------|-------------|--------|
| 5 | 5.1 | VSPProSubMSDN ALNG LicSA MVL | 77D-00110 | 16 |





TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Comissão de Pregão – CPP

ANEXO 2

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador(a) do documento de identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declara sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do referido artigo.

(Observação: em caso afirmativo assinalar a ressalva abaixo)

[] Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006 para a regularização, estando ciente que, do contrário, haverá decadência do direito à contratação, como também sujeição às sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993.

Cidade, ____ de _____ de 2020.

Nome do representante legal da empresa

Empresa: _____

CNPJ nº _____



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Comissão de Pregão – CPP

ANEXO 3

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador(a) do documento de identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declara sob as penas da lei a inexistência de fato superveniente impeditivo a sua participação no Pregão Eletrônico nº 01/2021.

Cidade, ____ de _____ de 2020.

Nome do representante legal da empresa

Empresa: _____

CNPJ nº _____



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Comissão de Pregão – CPP

ANEXO 4

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII,

DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

Declaro para os fins do disposto no art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/1993, que não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, como também menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade.

Cidade, ____ de _____ de 2020.

Nome do representante legal da empresa

Empresa: _____

CNPJ nº _____



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Comissão de Pregão – CPP

ANEXO 5

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital de licitação acima referenciado, conforme o teor do art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002, sob pena de responsabilização nos termos da lei.

Cidade, ____ de _____ de 2020.

Nome do representante legal da empresa

Empresa: _____

CNPJ nº _____



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Comissão de Pregão – CPP

ANEXO 6

APRESENTAÇÃO DE ÍNDICES CONTÁBEIS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

A apresentação de índices contábeis deverá estar assinada por profissional contábil devidamente registrado no conselho regional de contabilidade.

1) ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}*}$$

2) ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

3) ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Cidade, ____ de _____ de 2020.

Nome do representante legal da empresa

Nome do profissional contábil – nº do CRC

Cidade, ____ de _____ de 2020.

* Equivalente ao Exigível a Longo Prazo – ELP (art. 180 da Lei nº 6.404/1976, com a redação dada pela Lei nº 11.941/2009).



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



ANEXO 7

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO - TCEES** E A EMPRESA
_____, NA QUALIDADE DE
CONTRATANTE E **CONTRATADA**,
RESPECTIVAMENTE, PARA O FIM EXPRESSO NAS
CLÁUSULAS QUE O INTEGRAM.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua José Alexandre Buaiz, nº 157, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP nº 29.050.913, inscrito no CNPJ nº 28.483.014/0001-22, neste ato representado pela Sr^a **ARINÉLIA OLIVEIRA DE AGUIAR**, Secretária-Geral Administrativa e Financeira, por delegação de competência, nos termos da Portaria Normativa nº 104/2020, de 08/10/2020, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa _____ pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Bairro, Cidade/UF, CEP nº _____, neste ato representada legalmente pelo(a) Sr(a). _____, CI nº _____ e CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente **CONTRATO**, decorrente do Pregão Eletrônico nº _____/2021, Processo TC nº 4182/2020, conforme a Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.250/2002, que se regerá mediante as cláusulas e condições que subseguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Este Contrato tem como objeto a aquisição de licenças, direito de uso, suporte técnico e direito de atualização de softwares Microsoft.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 - Fazem parte integrante deste Contrato todos os documentos e instruções que compõem o Processo TC nº 4182/2020, completando-o para todos os fins de direito, independente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.





CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta da Ação [REDACTED], Elemento de Despesa [REDACTED] do orçamento do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 - O Contrato terá vigência por **36 (trinta e seis) meses**, consubstanciado no art. 57, inciso IV da Lei nº 8.666/1993;

4.2 - A vigência do contrato se inicia no dia seguinte à publicação da contratação no **Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**.

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 - Fica estabelecido o regime de execução indireta, sob a forma de empreitada por preço global, nos termos do art. 10, II, “a” da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

6.1 - O valor global deste Contrato corresponde a R\$ [REDACTED] ([REDACTED]);

6.2 - No valor já estão incluídos todos os custos diretos e indiretos da execução contratual, dentre eles fornecimentos das licenças, custos de mão de obra, encargos sociais, impostos e taxas, bem como, demais despesas necessárias à perfeita conclusão do objeto contratado;

6.3 - Não haverá reajuste do preço contratado, pois o parcelamento do valor total do objeto ocorre devido a um benefício da modalidade Enterprise Agreement da Microsoft e os valores de True up são fixados pela Microsoft.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

7.1 - As especificações e quantidades estão integralmente descritas no Anexo I deste Contrato e do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

8.1 - A entrega dos produtos descritos no Anexo I destes Contrato *deverá* ser efetuada em até **15 (quinze) dias úteis** a contar da emissão da Ordem de Serviço / Nota de Empenho, prorrogáveis por igual período à critério da Administração;





8.2 - O recebimento PROVISÓRIO ocorrerá após a entrega das licenças ou documentação / certificados de aquisição na SGTI;

8.3 - O recebimento provisório das licenças não implica em aceitação das mesmas;

8.4 - O recebimento definitivo ocorrerá após a implementação e validação das licenças no servidor e homologação realizada pelos analistas de infraestrutura do CONTRATANTE, no prazo **máximo de 10 (dias) dias corridos** a contar do recebimento provisório;

8.5 - Havendo alguma ocorrência ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo será suspenso, até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras necessárias;

8.6 - O recebimento definitivo não isenta a CONTRATADA de reponsabilidades futuras quanto à qualidade do produto entregue;

8.7 - A renovação e aquisição deve ser consequente à data de expiração atual das licenças, conforme Contrato 8515376 da Microsoft.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

9.1 - Todos os softwares deverão ser garantidos pelo **prazo da vigência de cada licença** a partir da disponibilização das licenças, incluindo o suporte e atualizações da solução;

9.2 - A garantia on-line deverá ser realizada durante todo o período de garantia do produto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1 - O pagamento será efetuado mediante o fornecimento ao CONTRATANTE de NOTA FISCAL ELETRÔNICA, juntamente com os documentos de regularidade fiscal exigidos pelo art. 29 da Lei nº 8.666/1993. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento.

10.2 - O pagamento será efetuado em **03 (três) parcelas**, conforme cronograma abaixo;

| PARCELAS | DATA DO PAGAMENTO |
|------------|--|
| 1ª parcela | Até 10 (dez) dias úteis após a emissão do “Termo de Aceitação” das licenças e Ativação do pacote de benefícios. |
| 2ª parcela | 12 (doze) meses após a emissão do “Termo de Aceitação” das licenças e Ativação do pacote de benefícios. |





| | |
|------------|--|
| 3ª parcela | 24 (vinte e quatro) meses após a emissão do “Termo de Aceitação” das licenças e Ativação do pacote de benefícios. |
|------------|--|

10.2.1 - O cronograma de pagamento retromencionado caberá apenas para os itens 01, 02 e 05 do Anexo I deste Contrato e do Termo de Referência.

10.2.2 - Quanto ao pagamento do item 03 do Anexo I deste Contrato e do Termo de Referência deverá ser observado o seguinte:

10.2.2.1 - Em caso de aditivo de acréscimo de softwares no decorrer da vigência do Contrato, o True-up, os pedidos seguirão as regras de licenciamento da Microsoft na modalidade Enterprise Agreement, conforme descrito a seguir:

10.2.2.1.1 - Para cada período de 12 (doze) meses contados a partir da vigência do Contrato existe um valor pré-fixado do custo para acréscimo de licenças, que agrega o custo da licença e o SA até o término deste Instrumento;

10.2.2.1.2 - Caso exista a necessidade de ajuste de licenças utilizadas a mais do que o contratado, em até **60 (sessenta) dias** antes do período retromencionado, a CONTRATANTE irá comunicar à CONTRATADA sobre as licenças que se deseja fazer o acréscimo e providenciar sequencialmente a partir de então, o pagamento do valor readequado, em até 10 (dez) dias após a confirmação de entrega das novas licenças.

10.2.3 - Quanto ao pagamento do item 04 do Anexo I deste Contrato e do Termo de Referência deverá ser observado o seguinte:

10.2.3.1 - Em caso de acréscimo de direito de uso de softwares no decorrer da vigência do Contrato, os pedidos seguirão as regras de licenciamento da Microsoft na modalidade Enterprise Agreement, conforme descrito a seguir:

10.2.3.1.1 - Caso exista a necessidade de ajuste de licenças utilizadas a mais do que o contratado, o CONTRATANTE irá solicitar o aumento das licenças através do portal VLSC ou ferramenta similar disponibilizada pela Microsoft;





10.2.3.1.2 - No período de 12 (doze) meses a contar da vigência do Contrato, o CONTRATANTE fará o pagamento das novas licenças com valor proporcional (pro rata) referente ao período em que ocorreu o término do quantitativo anteriormente contratado e o período que houve o acréscimo das novas licenças em até **10 (dez) dias** após a confirmação de entrega das mesmas.

10.3 - Após os prazos acima referenciados, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{0,33}{100} \times ND$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal Eletrônica.

ND = Número de dias em atraso.

10.4 - A NOTA FISCAL ELETRÔNICA deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados na etapa de CREDENCIAMENTO e acolhidos nos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;

10.4.1 - No texto da NOTA FISCAL ELETRÔNICA/NOTA FISCAL deverão constar, obrigatoriamente, o número do Contrato e Processo, a descrição do produto, os valores unitários e totais;

10.5 - Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas no certame, deverá ser comunicada ao CONTRATANTE, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente;

10.6 - Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento, devidamente corrigido;

10.7 - O CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

10.8 - Os pagamentos serão efetuados através de Ordem Bancária no Banco [REDACTED], Agência nº [REDACTED], Conta Corrente nº [REDACTED], ficando a CONTRATADA responsável por avisar qualquer alteração das informações bancárias;





10.9 - Para os casos de prestação de serviços também será exigido o relatório de adimplemento de encargos, que deverá ser encaminhado com os elementos especificados no caput do art. 1º da Lei nº 5.383/1997;

10.10. Não haverá reajuste do preço contratado, pois o parcelamento do valor total do objeto ocorre devido a um benefício da modalidade Enterprise Agreement da Microsoft e os valores de True up são fixados pela Microsoft.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

11.1 - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

11.1.1 - Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto deste Contrato, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição;

11.1.2 - Designar servidor com competência necessária para promover o recebimento dos objetos contratados;

11.1.3 - Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;

11.1.4 - Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Contrato e no Termo de Referência;

11.1.5 - Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Contrato, após o cumprimento das formalidades legais;

11.1.6 - Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas nas licenças;

11.1.7 - Poderá haver notificação por meio eletrônico (e-mail) a ser fornecido pela CONTRATADA quando da assinatura contratual, ficando a cargo desta avisar qualquer alteração deste no curso do Contrato. Considerar-se-á lido o e-mail pela CONTRATADA **48 (quarenta e oito) horas** após o seu envio;

11.1.8 - Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação.





11.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

11.2.1 - Fornecer a solução nas condições e prazos propostos neste Contrato e no Termo de Referência;

11.2.2 - Designar um preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do Contrato, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e substituto em suas ausências;

11.2.3 - Prestar informações e esclarecimentos por ventura solicitados pela Secretaria Geral de Tecnologia da Informação - SGTI por meio do preposto designado para acompanhar o Contrato, bem como responder a documentos oficiais dentro do prazo solicitado;

11.2.4 - Obedecer rigorosamente a todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de TI e institucional do CONTRATADO;

11.2.5 - Fornecer certificado de registro do direito de atualização das licenças no site do fabricante pelo período de **36 (trinta e seis) meses**.

11.2.6 - Fornecer certificado de registro e/ou licença de uso do software;

11.2.7 - Reportar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução da contratação;

11.2.8 - Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei nº 8.666/1993;

11.2.9 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE;

11.2.10 - Encaminhar ao CONTRATANTE a nota fiscal do objeto contratado;

11.2.11 - Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação, assim como observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outros não mencionados, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade.





CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 - A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a disponibilização das licenças, sujeitando-se (nos casos de retardamento, de falha na execução do Contrato, inexecução parcial ou de inexecução total do objeto) às penalidades constantes no art. 7ª da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a saber:

12.1.1 - ADVERTÊNCIA, nos casos de pequenos descumprimentos deste Contrato e do Termo de Referência, que não gerem prejuízo para o CONTRATANTE;

12.1.2 - MULTA POR MORA - **0,33%** (zero vírgula trinta e três centésimos por cento) ao dia, limitado a **10%** (dez por cento), incidente sobre o valor global da contratação, nos casos de descumprimento do prazo estipulado para o fornecimento dos *softwares* e/ou prestação dos serviços, que será calculada pela fórmula **M = 0,0033 x C x D**. Tendo como correspondente: M = valor da multa, C = valor da obrigação e D = número de dias em atraso;

12.1.2.1 - Após 30 (trinta) dias de atraso na entrega dos produtos, o CONTRATANTE poderá considerar inexecução total do objeto;

12.1.2.2 - Em caso de inexecução total do objeto aplicar-se-á multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação;

12.1.2.3 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

12.1.2.4 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao TCEES, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

12.1.2.5 - O Contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, inciso I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93;

12.1.2.6 - A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens 12.1.3, 12.1.4 e 12.1.5 abaixo.





12.1.3 - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR e IMPEDIMENTO DE CONTRATAR com o CONTRATANTE por um período de até **02 (dois) anos**, nos casos de recusa quanto ao fornecimento dos *softwares* e/ou prestação dos serviços;

12.1.4 - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa;

12.1.5 - IMPEDIMENTO de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo, de acordo com o art. 7º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de **até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas para a contratação, ao licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

12.2 - Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/1993;

12.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas pelo CONTRATANTE após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;

12.4 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

12.5 - O prazo para apresentação de defesa prévia será de **05 (cinco) dias úteis** a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº 8.666/1993;

12.6 - A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade compete exclusivamente ao Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de **10 (dez) dias** da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após **02 (dois) anos** de sua aplicação.





CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

13.1 - O CONTRATANTE designará, formalmente, um servidor para acompanhar a entrega do objeto, conforme as previsões do Termo de Referência, bem como para atestar o recebimento provisório e definitivo;

13.2 - A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do TCEES e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência;

13.3 - O fiscal anotarás todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme Termo de Referência;

13.4 - As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

13.5 - A Secretaria Geral de Tecnologia da Informação - SGTI será responsável pela fiscalização da contratação, sendo responsável pela avaliação das licenças e serviços contratados, seus níveis mínimos, continuidade ininterrupta, assim como quaisquer atividades relacionadas com a operação da Solução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1 - A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente através de Termo Aditivo ou Termo de Apostilamento, que a este Contrato se aderirá.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

15.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, bem como a aplicação das multas e penalidades previstas neste instrumento;

15.2 - Constituem motivo para rescisão do Contrato:

15.2.1 - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;





15.2.2 - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

15.2.3 - A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da contratação nos prazos estipulados;

15.2.4 - O atraso injustificado na execução da contratação;

15.2.5 - A paralisação da execução da contratação sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

15.2.6 - A subcontratação total do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;

15.2.7 - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

15.2.8 - O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;

15.2.9 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da entidade, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do Contrato;

15.2.10 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

15.2.11 - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

15.3 - A decisão da autoridade competente, relativa à rescisão do Contrato, deverá ser precedida de justificativa fundada, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

15.4 - A rescisão do Contrato poderá ser:

15.4.1 - Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos 15.2.1 à 15.2.11;

15.4.2 - Consensual, por acordo entre as partes e reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

15.4.3 - Judicial, nos termos da legislação.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Comissão de Pregão – CPP

Parágrafo único: A rescisão administrativa ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do Conselheiro Presidente deste Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1 - Aplica-se à execução deste Contrato, em especial aos casos omissos, a Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1 - O presente Contrato será publicado, em resumo, no **Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 - Fica eleito o Foro da cidade de Vitória/ES, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, que não puderem ser resolvidas pelas vias administrativas;

E por estarem assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento, após lido e achado conforme.

Vitória/ES, ____ de ____ de 2021.

Arinéia Oliveira de Aguiar
Secretária-Geral Administrativa e Financeira
CONTRATANTE
Por delegação de competência, conforme
Portaria Normativa 104, de 08/10/2020

CONTRATADA



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



ANEXO I DA MINUTA CONTRATUAL

Item 01: Renovação de suporte técnico e direito de atualização (Software Assurance - SA) por **36 (trinta e seis) meses** do conjunto de licenças de software Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo:

| Item | Subitem | Produto | Part-Number | Quant. | Valor unit. | Valor Total |
|------|---------|---|-------------|--------|-------------|-------------|
| 1 | 1.1 | VSubMSDN ALNG SA MVL | 77D-00111 | 12 | | |
| | 1.2 | VEntSubMSDN ALNG SA MVL | MX3-00117 | 2 | | |
| | 1.3 | PrjctPro ALNG SA MVL w1PrjctSvrCAL | H30-00238 | 1 | | |
| | 1.4 | VisioPro ALNG SA MVL | D87-01159 | 1 | | |
| | 1.5 | WINENTperDVC ALNG SA MVL Pltfrm | KV3-00353 | 500 | | |
| | 1.6 | WINENTperDVC Allng SoftwareAssurance MVL 1License | KV3-00368 | 200 | | |

Item 02: Aquisição de direito de uso de licenças de software Microsoft por **36 (trinta e seis) meses**, na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo:

| Item | Subitem | Produto | Part-Number | Quant. | Valor Unit. | Valor Total |
|------|---------|--|-------------|--------|-------------|-------------|
| 2 | 2.1 | ExchgOnlnKsk ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | 7TC-00001 | 30 | | |
| | 2.2 | O365E3FromSA ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | AAA-10758 | 500 | | |
| | 2.3 | O365E1FromSA ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | 7R7-00002 | 90 | | |
| | 2.4 | CoreCALBridgeO365FromSA ALNG SubsVL MVL Pltfrm PerUsr | AAA-12417 | 500 | | |
| | 2.5 | CoreCALBridgeO365FromSA ALNG SubsVL MVL PerUsr | AAA-12416 | 90 | | |

Item 03: Aquisição, sob demanda, de licenças perpétuas adicionais, direito de atualização de software e suporte técnico (True-up), na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo:

| Item | Subitem | Produto | Part-Number | Ano | Quant. Prevista | Valor Unit | Valor Total |
|------|---------|---------|-------------|-----|-----------------|------------|-------------|
|------|---------|---------|-------------|-----|-----------------|------------|-------------|





TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Comissão de Pregão – CPP

| | | | | | | | |
|---|------|--|-----------|---|----|--|--|
| 3 | 3.1 | VSPProSubMSDN ALNG LicSAPk MVL- TrueUp Yr1 | 77D-00110 | 1 | 5 | | |
| | 3.2 | VSPProSubMSDN ALNG LicSAPk MVL- TrueUp Yr2 | 77D-00110 | 2 | 5 | | |
| | 3.3 | VSPProSubMSDN ALNG LicSAPk MVL- TrueUp Yr3 | 77D-00110 | 3 | 5 | | |
| | 3.4 | VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL- TrueUp Yr1 | MX3-00115 | 1 | 1 | | |
| | 3.5 | VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL- TrueUp Yr2 | MX3-00115 | 2 | 1 | | |
| | 3.6 | VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL- TrueUp Yr3 | MX3-00115 | 3 | 1 | | |
| | 3.7 | PrjctPro ALNG LicSAPk MVL w1PrjctSvrCAL - TrueUp Yr1 | H30-00237 | 1 | 1 | | |
| | 3.8 | PrjctPro ALNG LicSAPk MVL w1PrjctSvrCAL - TrueUp Yr2 | H30-00237 | 2 | 1 | | |
| | 3.9 | PrjctPro ALNG LicSAPk MVL w1PrjctSvrCAL - TrueUp Yr3 | H30-00237 | 3 | 1 | | |
| | 3.10 | VisioPro ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr1 | D87-01057 | 1 | 1 | | |
| | 3.11 | VisioPro ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr2 | D87-01057 | 2 | 1 | | |
| | 3.12 | VisioPro ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr3 | D87-01057 | 3 | 1 | | |
| | 3.13 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL Pltfrm- TrueUp Yr1 | KV3-00356 | 1 | 20 | | |
| | 3.14 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL Pltfrm- TrueUp Yr2 | KV3-00356 | 2 | 20 | | |
| | 3.15 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL Pltfrm- TrueUp Yr3 | KV3-00356 | 3 | 20 | | |
| | 3.16 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL- TrueUp Yr1 | KV3-00381 | 1 | 20 | | |
| | 3.17 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL- TrueUp Yr2 | KV3-00381 | 2 | 20 | | |
| | 3.18 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL- TrueUp Yr3 | KV3-00381 | 3 | 20 | | |



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



Item 04: Aquisição sob demanda de direito de uso de licenças de software Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo:

| Item | Subitem | Produto | Part-Number | Quant. Prevista | Valor Unit. | Valor Total |
|------|---------|---|-------------|-----------------|-------------|-------------|
| 4 | 4.1 | ExchgOnlnKsk ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | 7TC-00001 | 50 | | |
| | 4.2 | O365E3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | AAA-10842 | 100 | | |
| | 4.3 | O365E1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | T6A-00024 | 100 | | |
| | 4.4 | CoreCALBridgeO365 ALNG SubsVL MVL PerUsr | AAA-12414 | 100 | | |
| | 4.5 | CoreCALBridgeO365 ALNG SubsVL MVL Pltfrm PerUsr | AAA-12415 | 100 | | |

ITEM 05: Aquisição de licença perpétua e de suporte técnico e direito de atualização (Software Assurance - SA) **por 36 (trinta e seis) meses** do conjunto de licenças de software Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo:

| Item | Subitem | Produto | Part-Number | Quant. | Valor Unit. | Valor Total |
|------|---------|-----------------------------|-------------|--------|-------------|-------------|
| 5 | 5.1 | VSProSubMSDN ALNG LicSA MVL | 77D-00110 | 16 | | |





ANEXO 8

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

CEP:

Telefone:

E-mail:

Item 01: Renovação de suporte técnico e direito de atualização (Software Assurance - SA) por **36 (trinta e seis) meses** do conjunto de licenças de software Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo:

| Item | Subitem | Produto | Part-Number | Quant | Valor Unitário R\$ | Valor Total R\$ |
|------|---------|---|-------------|-------|--------------------|-----------------|
| 1 | 1.1 | VProSubMSDN ALNG SA MVL | 77D-00111 | 12 | | |
| | 1.2 | VEntSubMSDN ALNG SA MVL | MX3-00117 | 2 | | |
| | 1.3 | PrjctPro ALNG SA MVL w1PrjctSvrCAL | H30-00238 | 1 | | |
| | 1.4 | VisioPro ALNG SA MVL | D87-01159 | 1 | | |
| | 1.5 | WINENTperDVC ALNG SA MVL Pltfrm | KV3-00353 | 500 | | |
| | 1.6 | WINENTperDVC Allng SoftwareAssurance MVL 1License | KV3-00368 | 200 | | |

Item 02: Aquisição de direito de uso de licenças de software Microsoft por **36 (trinta e seis) meses**, na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo:

| Item | Subitem | Produto | Part-Number | Quant | Valor Unitário R\$ | Valor Total R\$ |
|------|---------|--|-------------|-------|--------------------|-----------------|
| 2 | 2.1 | ExchgOnlnKsk ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | 7TC-00001 | 30 | | |
| | 2.2 | O365E3FromSA ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | AAA-10758 | 500 | | |



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



| | | | | | |
|-----|---|-----------|-----|--|--|
| 2.3 | O365E1FromSA ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | 7R7-00002 | 90 | | |
| 2.4 | CoreCALBridgeO365FromSA ALNG SubsVL MVL Pltfrm PerUsr | AAA-12417 | 500 | | |
| 2.5 | CoreCALBridgeO365FromSA ALNG SubsVL MVL PerUsr | AAA-12416 | 90 | | |

Item 03: Aquisição, sob demanda, de licenças perpétuas adicionais, direito de atualização de software e suporte técnico (True-up), na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo:

| Item | Subitem | Produto | Part-Number | Ano | Quant Prevista | Valor Unitário R\$ | Valor Total R\$ |
|------|---------|--|-------------|-----|-------------------|--------------------------|-----------------------|
| 3 | 3.1 | VSPProSubMSDN ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr1 | 77D-00110 | 1 | 5 | | |
| | 3.2 | VSPProSubMSDN ALNG LicSAPk MVL- TrueUp Yr2 | 77D-00110 | 2 | 5 | | |
| | 3.3 | VSPProSubMSDN ALNG LicSAPk MVL- TrueUp Yr3 | 77D-00110 | 3 | 5 | | |
| | 3.4 | VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL- TrueUp Yr1 | MX3-00115 | 1 | 1 | | |
| | 3.5 | VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL- TrueUp Yr2 | MX3-00115 | 2 | 1 | | |
| | 3.6 | VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL- TrueUp Yr3 | MX3-00115 | 3 | 1 | | |
| | 3.7 | PrjctPro ALNG LicSAPk MVL w1PrjctSvrCAL - TrueUp Yr1 | H30-00237 | 1 | 1 | | |
| | 3.8 | PrjctPro ALNG LicSAPk MVL w1PrjctSvrCAL - TrueUp Yr2 | H30-00237 | 2 | 1 | | |
| | 3.9 | PrjctPro ALNG LicSAPk MVL w1PrjctSvrCAL - TrueUp Yr3 | H30-00237 | 3 | 1 | | |
| | 3.10 | VisioPro ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr1 | D87-01057 | 1 | 1 | | |
| | 3.11 | VisioPro ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr2 | D87-01057 | 2 | 1 | | |
| | 3.12 | VisioPro ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr3 | D87-01057 | 3 | 1 | | |





| | | | | | | | |
|--|------|--|-----------|---|----|--|--|
| | 3.13 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL Pltfrm- TrueUp Yr1 | KV3-00356 | 1 | 20 | | |
| | 3.14 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL Pltfrm- TrueUp Yr2 | KV3-00356 | 2 | 20 | | |
| | 3.15 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL Pltfrm- TrueUp Yr3 | KV3-00356 | 3 | 20 | | |
| | 3.16 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL- TrueUp Yr1 | KV3-00381 | 1 | 20 | | |
| | 3.17 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL- TrueUp Yr2 | KV3-00381 | 2 | 20 | | |
| | 3.18 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL- TrueUp Yr3 | KV3-00381 | 3 | 20 | | |

Item 04: Aquisição sob demanda de direito de uso de licenças de software Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo:

| Item | Subitem | Produto | Part-Number | Quant Prevista | Valor Unitário R\$ | Valor Total R\$ |
|------|---------|--|-------------|-------------------|--------------------------|-----------------------|
| 4 | 4.1 | ExchgOnlnKsk ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | 7TC-00001 | 50 | | |
| | 4.2 | O365E3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | AAA-10842 | 100 | | |
| | 4.3 | O365E1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | T6A-00024 | 100 | | |
| | 4.4 | CoreCALBridgeO365 ALNG SubsVL MVL PerUsr | AAA-12414 | 100 | | |
| | 4.5 | CoreCALBridgeO365 ALNG SubsVL MVL Pltfrm PerUsr | AAA-12415 | 100 | | |

ITEM 05: Aquisição de licença perpétua e de suporte técnico e direito de atualização (Software Assurance - SA) **por 36 (trinta e seis) meses** do conjunto de licenças de software Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo:

| Item | Subitem | Produto | Part-Number | Quant | Valor Unitário R\$ | Valor Total R\$ |
|------|---------|---------------------------------|-------------|-------|--------------------------|--------------------|
| 5 | 5.1 | VSPProSubMSDN ALNG LicSA MVL | 77D-00110 | 16 | | |

*Todos os itens conforme as especificações do Termo de Referência - ANEXO 1 do edital.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Comissão de Pregão – CPP

Valor Total da Proposta: R\$ (extenso)

Declaramos aceitar de forma plena as previsões do edital e da execução da contratação.

Declaramos estar inclusos na proposta todos os custos diretos e indiretos, tais como impostos, taxas, obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeita a empresa.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Declaramos atender a todas as especificações constantes do ANEXO I deste edital.

Cidade, ____ de _____ 2020.

Representante legal da empresa

Documento de identidade / CPF

Obs.: Preencher preferencialmente em papel timbrado



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



ANEXO 9

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

| MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS | | | | | | | |
|---|---------|---|-------------|------------|-------------------|---------------------|---------------|
| Item 01 - Renovação de suporte técnico e direito de atualização (Software Assurance - SA) por 36 (trinta e seis) meses do conjunto de licenças de software Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo: | | | | | | | |
| ITEM | SUBITEM | DESCRIÇÃO | PART-NUMBER | QUANTIDADE | MÉDIA VALOR (R\$) | | |
| | | | | | UNITÁRIO | TOTAL | |
| 1 | 1.1 | VSPProSubMSDN ALNG SA MVL | 77D-00111 | 12 | R\$ 7.841,93 | R\$ 94.103,16 | |
| | 1.2 | VSEntSubMSDN ALNG SA MVL | MX3-00117 | 2 | R\$ 27.383,17 | R\$ 54.766,34 | |
| | 1.3 | PrjctPro ALNG SA MVL w1PrjctSvrCAL | H30-00238 | 1 | R\$ 5.008,76 | R\$ 5.008,76 | |
| | 1.4 | VisioPro ALNG SA MVL | D87-01159 | 1 | R\$ 2.556,99 | R\$ 2.556,99 | |
| | 1.5 | WINENTperDVC ALNG SA MVL Pltfrm | KV3-00353 | 500 | R\$ 1.291,63 | R\$ 645.815,00 | |
| | 1.6 | WINENTperDVC Allng SoftwareAssurance MVL 1License | KV3-00368 | 200 | R\$ 1.359,71 | R\$ 271.942,00 | |
| SUBTOTAL | | | | | R\$ 45.442,19 | R\$ 1.074.192,25 | |
| Item 02 - Aquisição de direito de uso de licenças de software Microsoft por 36 (trinta e seis) meses, na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo: | | | | | | | |
| ITEM | SUBITEM | DESCRIÇÃO | PART-NUMBER | QUANTIDADE | MÉDIA VALOR (R\$) | | |
| | | | | | UNITÁRIO | TOTAL | |
| 2 | 2.1 | ExchgOnlnKsk ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | 7TC-00001 | 30 | R\$ 412,13 | R\$ 12.363,90 | |
| | 2.2 | O365E3FromSA ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | AAA-10758 | 500 | R\$ 3.864,81 | R\$ 1.932.405,00 | |
| | 2.3 | O365E1FromSA ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | 7R7-00002 | 90 | R\$ 1.363,91 | R\$ 122.751,90 | |
| | 2.4 | CoreCALBridgeO365FromSA ALNG SubsVL MVL Pltfrm PerUsr | AAA-12417 | 500 | R\$ 448,80 | R\$ 224.400,00 | |
| | 2.5 | CoreCALBridgeO365FromSA ALNG SubsVL MVL PerUsr | AAA-12416 | 90 | R\$ 477,17 | R\$ 42.945,30 | |
| SUBTOTAL | | | | | R\$ 6.566,82 | R\$ 2.334.866,10 | |
| Item 03 - Aquisição, sob demanda, de licenças perpétuas adicionais, direito de atualização de software e suporte técnico (True-up), na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo: | | | | | | | |
| ITEM | SUBITEM | DESCRIÇÃO | PART-NUMBER | ANO | QUANT. | MÉDIA VALOR (R\$) | |
| | | | | | | UNITÁRIO | TOTAL |
| 3 | 3.1 | VSPProSubMSDN ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr1 | 77D-00110 | 1 | 5 | R\$ 7.643,44 | R\$ 38.217,20 |
| | 3.2 | VSPProSubMSDN ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr2 | 77D-00110 | 2 | 5 | R\$ 5.028,97 | R\$ 25.144,85 |
| | 3.3 | VSPProSubMSDN ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr3 | 77D-00110 | 3 | 5 | R\$ 2.414,99 | R\$ 12.074,95 |
| | 3.4 | VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr1 | MX3-00115 | 1 | 1 | R\$ 54.291,48 | R\$ 54.291,48 |
| | 3.5 | VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr2 | MX3-00115 | 2 | 1 | R\$ 45.164,00 | R\$ 45.164,00 |
| | 3.6 | VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr3 | MX3-00115 | 3 | 1 | R\$ 36.036,53 | R\$ 36.036,53 |
| | 3.7 | PrjctPro ALNG LicSAPk MVL w1PrjctSvrCAL - TrueUp Yr1 | H30-00237 | 1 | 1 | R\$ 9.931,49 | R\$ 9.931,49 |
| | 3.8 | PrjctPro ALNG LicSAPk MVL w1PrjctSvrCAL - TrueUp Yr2 | H30-00237 | 2 | 1 | R\$ 8.262,16 | R\$ 8.262,16 |
| | 3.9 | PrjctPro ALNG LicSAPk MVL w1PrjctSvrCAL - TrueUp Yr3 | H30-00237 | 3 | 1 | R\$ 6.592,33 | R\$ 6.592,33 |
| | 3.10 | VisioPro ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr1 | D87-01057 | 1 | 1 | R\$ 5.071,15 | R\$ 5.071,15 |
| | 3.11 | VisioPro ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr2 | D87-01057 | 2 | 1 | R\$ 4.218,58 | R\$ 4.218,58 |
| | 3.12 | VisioPro ALNG LicSAPk MVL - TrueUp Yr3 | D87-01057 | 3 | 1 | R\$ 3.366,25 | R\$ 3.366,25 |
| | 3.13 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL Pltfrm - TrueUp Yr1 | KV3-00356 | 1 | 20 | R\$ 1.411,97 | R\$ 28.239,40 |
| | 3.14 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL Pltfrm - TrueUp Yr2 | KV3-00356 | 2 | 20 | R\$ 1.131,17 | R\$ 22.623,40 |
| | 3.15 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL Pltfrm - TrueUp Yr3 | KV3-00356 | 3 | 20 | R\$ 850,87 | R\$ 17.017,40 |
| | 3.16 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL - TrueUp Yr1 | KV3-00381 | 1 | 20 | R\$ 1.642,85 | R\$ 32.857,00 |
| | 3.17 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL - TrueUp Yr2 | KV3-00381 | 2 | 20 | R\$ 1.316,05 | R\$ 26.321,00 |
| | 3.18 | WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL - TrueUp Yr3 | KV3-00381 | 3 | 20 | R\$ 989,00 | R\$ 19.780,00 |
| SUBTOTAL | | | | | R\$ 195.363,28 | R\$ 395.209,17 | |
| Item 04 - Aquisição sob demanda de direito de uso de licenças de software Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo: | | | | | | | |
| ITEM | SUBITEM | DESCRIÇÃO | PART-NUMBER | QUANTIDADE | MÉDIA VALOR (R\$) | | |
| | | | | | UNITÁRIO | TOTAL | |
| 4 | 4.1 | ExchgOnlnKsk ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | 7TC-00001 | 50 | R\$ 309,05 | R\$ 15.452,50 | |
| | 4.2 | O365E3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | AAA-10842 | 100 | R\$ 3.412,16 | R\$ 341.216,00 | |
| | 4.3 | O365E1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr | T6A-00024 | 100 | R\$ 1.237,27 | R\$ 123.727,00 | |
| | 4.4 | CoreCALBridgeO365 ALNG SubsVL MVL PerUsr | AAA-12414 | 100 | R\$ 400,39 | R\$ 40.039,00 | |
| | 4.5 | CoreCALBridgeO365 ALNG SubsVL MVL Pltfrm PerUsr | AAA-12415 | 100 | R\$ 395,76 | R\$ 39.576,00 | |
| SUBTOTAL | | | | | R\$ 5.754,63 | R\$ 560.010,50 | |
| ITEM 05: Aquisição de licença perpétua e de suporte técnico e direito de atualização (Software Assurance - SA) por 36 (trinta e seis) meses do conjunto de licenças de software Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement, conforme quadro abaixo: | | | | | | | |
| ITEM | SUBITEM | DESCRIÇÃO | PART-NUMBER | QUANTIDADE | MÉDIA VALOR (R\$) | | |
| | | | | | UNITÁRIO | TOTAL | |
| 5 | 5.1 | VSPProSubMSDN ALNG LicSA MVL | 77D-00110 | 16 | R\$ 8.578,58 | R\$ 137.257,28 | |
| SUBTOTAL | | | | | R\$ 8.578,58 | R\$ 137.257,28 | |
| VALOR TOTAL | | | | | R\$ | 4.501.535,30 | |



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaid, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913